



Incentivo à pesquisa no setor de informática abre a pauta

Plenário votará MP que define regras para empresa de tecnologia investir em pesquisa, como contrapartida para isenção tributária. Ampliação da região integrada do DF também pode ser votada

A pauta de hoje do Plenário está travada pela medida provisória que altera as normas para investimento das empresas de tecnologia de informação e comunicação em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, como contrapartida para o recebimento de isenções tributárias. A MP perde a validade no domingo.

O governo federal argumenta que a medida provisória, que inclui os investimentos em inovação entre as atividades que justificam o benefício tributário, deve contribuir para dinamizar o

desenvolvimento do setor.

Depois de liberarem a pauta, os senadores poderão analisar outros projetos inseridos da ordem do dia. Um deles é o que inclui mais 13 municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF). Pelo texto, passarão a fazer parte da região 11 municípios goianos e 2 mineiros.

O autor do projeto, deputado Rogério Rosso, argumenta que essas cidades limítrofes têm forte ligação socioeconômica com o Distrito Federal. Hoje a Ride-DF é composta por 22 municípios. **3**



Pedro Franco/Agência Senado — 12/7/2017

Plenário precisa votar MP para liberar a pauta e analisar outros projetos, como o que amplia a região do DF e Entorno

Ministro apresenta metas para a área de educação **6**

Comissão discutirá os 130 anos do fim da escravidão **2**

Transexual poderá alterar documento, prevê projeto **3**

Geraldo Magela/Agência Senado



No comando do debate, Paim (2º à esq.) afirma que a reforma reduz salários e aumenta o desemprego e a informalidade

Debate: reforma trabalhista gerou desemprego

Participantes de uma audiência realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos afirmaram que a reforma trabalhista provocou aumento do desemprego e do trabalho informal, além de dificultar o acesso do trabalhador

à Justiça. Segundo o autor do pedido para o debate, Paulo Paim, a reforma funcionou na contramão do que foi anunciado pelo governo para conseguir aprová-la: além do desemprego, reduziu a massa salarial dos trabalhadores. **7**

Defensoria pede apoio para atingir todas as comarcas

O Dia Nacional da Defensoria Pública, a ser comemorado no sábado, foi homenageado ontem em sessão especial no Plenário. Senadores e defensores públicos destacaram o papel da Defensoria para garantir amplo acesso à Justiça. **6**



Geraldo Magela/Agência Senado

À tribuna, o defensor público-geral federal, Carlos Eduardo Barbosa Paz

Crescimento tem de ser sustentável, aponta audiência

Participantes de audiência na Comissão Senado do Futuro mostraram-se preocupados com o desencontro entre o modelo econômico e as políticas ambientais, o que compromete o desenvolvimento sustentável do país. O debate foi proposto pelo senador Hélio José. **8**

Professor com bom desempenho pode ter bônus

Está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos projeto que prevê a concessão de bônus salarial para professores bem avaliados pelo Inep. A proposta também garante prioridade de acesso ao aperfeiçoamento continuado para docentes mal avaliados. **7**

especial cidadania

Aumento de judicialização da saúde preocupa autoridades

Cresce a cada ano a busca pela via judicial para obtenção de tratamentos médicos no Sistema Único de Saúde. O aumento dos

gastos na área e a falta de critérios para definir quem receberá o atendimento preocupa autoridades e especialistas. **4 e 5**



Lia de Paula/Agência Senado

Hospital em Brasília: quem não consegue atendimento recorre à Justiça

Marc Frensz



Populares se reúnem em frente ao Paço Imperial, no Rio, para saudar a princesa Isabel pela assinatura da Lei Áurea

Comissão discutirá os 130 anos do fim da escravidura

Audiência pública proposta por Paulo Paim debate hoje a escravidão moderna. Entre os convidados, estão representantes de uma escola de samba do Rio, que neste ano levou o tema para a Sapucaí

PARA LEMBRAR O aniversário do fim da escravidão no Brasil, celebrado no último domingo, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz hoje uma audiência para debater “Os 130 anos da abolição da escravatura e a escravidão moderna”.

Proposto por Paulo Paim (PT-RS), o debate terá a participação de integrantes da

escola de samba Paraíso do Tuiuti, do Rio de Janeiro, que apresentou o enredo *Meu Deus! Meu Deus! Está extinta a escravidão?*. Também foram convidados dirigentes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, da Comissão da Verdade sobre Escravidão Negra do DF e Entorno, da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial e do Ministério do Trabalho.

Os 130 anos da aprovação da Lei Áurea também foram tema da seção *Arquivo S*, publicada no **Jornal do Senado** do dia 7.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

Veja *Arquivo S* sobre a Lei Áurea <http://bit.ly/ArquivoS45>

Criação do Dia Nacional do Museu é tema de debate

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) promove amanhã uma audiência pública interativa para debater a importância da instituição do Dia Nacional do Museu.

O debate é uma sugestão de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que lembra que o Dia Internacional do Museu

é celebrado em 18 de maio.

A senadora defende a instituição do Dia Nacional do Museu para prestigiar os museus nacionais e promover a tolerância, a educação e a cultura na sociedade.

Foram convidados o presidente do Instituto Brasileiro de Museus, Marcelo Mattos

Araujo, a presidente do Conselho Federal de Museologia, Rita de Cassia de Mattos, e o diretor-superintendente do Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana, Ezio Déda, entre outros.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

Telmário acusa governo federal de ignorar risco de apagão em Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) afirmou ontem que o governo federal tem se omitido em relação a Roraima. O senador lembrou que o estado é o único que não está interligado ao Sistema Nacional de Energia. E devido ao calote que a Venezuela deu no Brasil, disse, o governo não quer pagar pelo fornecimento de energia do país vizinho, o que pode causar apagões.

— As termelétricas que estão ali instaladas são precárias. Além de ser uma energia cara, é insuficiente. E o pior, eles não têm capacidade de fazer estoque de combustível. Ou seja, se a Venezuela cortar energia vamos ter um apagão.



Waldemir Barreto/Agência Senado

No aniversário da Lei Áurea, Paim aponta racismo no Brasil

Em pronunciamento ontem no Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou os 130 anos da abolição da escravatura e lembrou que, embora a escravidão tenha sido abolida no Brasil há mais de um século, o racismo ainda faz parte da realidade do país. Ele mencionou os elevados índices de homicídios, que a seu ver têm como causa a desigualdade social e o racismo estrutural, já que a maior parte das vítimas são pessoas pobres e negras.

— Não posso me omitir, não posso me calar diante da banalidade com que se desenrola o genocídio da população, principalmente, negra no Brasil.

Paim disse ainda que o país marginaliza e extermina a população negra e branca pobre.

Medeiros acusa movimentos dos sem teto de exploração

José Medeiros (Pode-MT) criticou a atitude de um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal contra ele por calúnia e difamação. O fato se relaciona a discurso do senador condenando a cobrança de uma taxa aos moradores do prédio invadido que se incendiou e desabou em São Paulo no último dia 1º de maio, mas que não estava em poder do MTST.

Segundo o senador, são os dirigentes desses movimentos que deveriam ser julgados e presos pela invasão de prédios e por explorarem as pessoas que participam dessas ações.



Waldemir Barreto/Agência Senado

CPI quer ouvir ex-técnico da seleção de ginástica amanhã

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga maus-tratos contra crianças e adolescentes pretende ouvir amanhã o ex-técnico da seleção brasileira de ginástica artística Fernando de Carvalho Lopes, acusado de abuso contra jovens atletas da equipe. O treinador foi convocado a depor. A oitiva está prevista para as 14h.

A iniciativa é do presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), que lembrou a repercussão das denúncias na imprensa.

“Entendemos necessário que esta CPI ouça o acusado visando ao esclarecimento dos fatos, contribuindo assim com o processo investigativo já iniciado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo”, afirma o senador no requerimento.

O escândalo veio à tona em 29 de abril, quando o *Fantástico*, da TV Globo, exibiu uma reportagem com depoimentos de ginastas que se dizem vítimas do técnico. De acordo com o programa, os casos ocorreram ao longo de 15 anos, de 2001 a 2016, e mais de 40 atletas disseram que foram vítimas. O ginasta Petrix Barbosa foi um dos que falaram. Ele afirmou que começou a ser abusado aos 10 anos de idade e deu detalhes do comportamento do acusado.

Lopes alega ser inocente e estar com a consciência tranquila. O advogado dele disse à imprensa que seu cliente está sendo vítima de uma conspiração e que os acusadores terão de provar as alegações na Justiça.

Nota pública

O ex-senador Eptácio Cafeteira morreu no domingo, em Brasília, aos 93 anos de idade. Segundo nota do deputado estadual Rogério Cafeteira, seu sobrinho, ele “encontrava-se enfermo e inspirava cuidados, em UTI residencial”. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, divulgou nota lamentando a morte:

“É com profunda tristeza que recebemos a notícia do falecimento do ex-governador e senador do Maranhão Eptácio Cafeteira. Que a família e seus amigos recebam o nosso sincero sentimento de pesar e solidariedade. E que possamos todos seguir seu exemplo de trabalho em favor do desenvolvimento do seu estado.”

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Abolição da Escravidura

9h Audiência interativa sobre os 130 anos da Abolição e a “escravidão moderna”.

CI Diretoria da Aneel

9h Sabatina de indicados para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica.

CAE Sublocação de imóveis

10h Entre 14 itens, está o PLC 122/2015, que impede sublocação de imóvel pelo franqueador.

CE Ministro da Educação

10h Audiência interativa com o ministro da Educação, Rossieli Soares, para expor diretrizes da pasta.

CRA Estatísticas rurais

11h Audiência interativa para discutir importância das estatísticas rurais e da integração dos registros administrativos para o planejamento de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural.

CMA Aquaponia

11h30 O PLS 162/2015, que visa incentivar a aquaponia (o cultivo de plantas em água), é um dos 16 itens da pauta.

CAS Alergia alimentar

14h Audiência interativa sobre a proposta de instituição da Semana Nacional de Conscientização sobre Alergia Alimentar.

PLENÁRIO Setor de informática

14h A MP 810/2017, sobre incentivos ao setor de informática, abre a pauta.

CCT Serviços de telecomunicações

14:30 Na pauta, o PLS 662/2011, que visa facilitar comparação entre serviços de telecomunicações, e mais 13 itens.

LEI KANDIR Relatório final

14h30 Comissão avalia o relatório final.

CONGRESSO Vetos

15h Sessão conjunta para analisar 2 vetos presidenciais e 3 projetos de lei.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Plenário analisa MP sobre regras para investimento do setor de TI

Medida provisória que precisa ser votada nesta semana define normas para empresas de tecnologia da informação investirem em pesquisa e inovação como contrapartida para isenções tributárias

A PAUTA DE hoje do Plenário está trancada pela medida provisória que altera as normas para investimento das empresas de tecnologia da informação e da comunicação em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D) como contrapartida para recebimento de isenções tributárias.

A MP 810/2017 tem que ser votada pelo Senado nesta semana, pois seu prazo de vigência encerra-se no domingo. Durante a tramitação da medida provisória na Câmara dos Deputados, foi incluído um

item para condicionar a concessão dos benefícios fiscais à comprovação, pelas empresas, de regularidade das contribuições para a seguridade social.

O texto foi editado pelo governo com o objetivo de dinamizar e fortalecer as atividades de P&D no setor de tecnologia da informação e da comunicação. Para isso, foram alteradas a Lei 8.248, de 1991, que trata da capacitação e da competitividade do setor de informática, e a Lei 8.387, do mesmo ano. Essas normas já exigem que empresas apresentem contrapartida para recebi-



Plenário do Senado deve votar nesta semana medida provisória sobre tecnologia da informação e comunicação

mento de incentivos fiscais em P&D, e a MP acrescentou como possibilidade o investimento em inovação.

Região integrada

Também consta da pauta do Plenário o projeto que inclui 13 municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

(Ride-DF). Pelo texto (PLC 102/2015 — Complementar), passam a fazer parte da região 11 municípios goianos (Alto Paraíso, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cavalcante, Flores de Goiás, Goianésia, Niquelândia, São Gabriel, São João d'Aliança, Simolândia e Vila Propício) e ainda 2 municípios mineiros (Arinos e

Cabeceira Grande).

Criada pela Lei Complementar 94, de 1998, a Ride-DF é composta por 22 municípios. O projeto, do deputado Rogério Rosso (PSD-DF), visa ampliar a área de abrangência, sustentando que há municípios limítrofes a essa região que têm forte ligação socioeconômica com o Distrito Federal.

Comissão vota direito de transexual à troca de nome

Projeto que assegura os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade dos transexuais está na pauta de amanhã da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta (PLS 658/2011), da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), adota o princípio de que toda pessoa tem direito ao livre desenvolvimento de sua personalidade, de acordo com sua própria identidade de gênero, não importando o sexo biológico, anatômico, morfológico, hormonal ou outro qualquer.

Esse direito abrange a opção de ter a identidade, o nome e o sexo com o qual a pessoa se reconheça assinalados no registro civil e nos documentos de identidade, título de eleitor e passaporte, entre outros.

Pelo texto, a adequação documental deve ser tratada na esfera do juízo das varas de Registros Públicos. A petição deve ser acompanhada de laudo que ateste a discordância de identidade de gênero, emitido por profissional de área médica.

Não poderá ser exigido que a pessoa tenha feito cirurgia de redesignação sexual (mudança de sexo) para requerer nova documentação. Porém, o interessado que já tiver feito o procedimento ficará dispensado de apresentar laudo atestando discordância de gênero.

O relator, Jader Barbalho (PMDB-PA), fez uma pequena modificação ao texto em forma de substitutivo, para evitar a criação de uma lei autônoma



Projeto da senadora Marta Suplicy garante direito à identidade de gênero

e enquadrar a regulamentação proposta na legislação existente compatível com o tema, a Lei de Registros Públicos (Lei 6.015, de 1973) e o próprio Código Civil. O texto ficou semelhante ao aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) em 2012.

Como tem decisão final na CCJ, o projeto, se aprovado, seguirá diretamente para análise na Câmara dos Deputados, a não ser que pelo menos nove senadores assinem recurso para haja votação no Plenário.

Instância

Outro projeto na pauta da CCJ pretende dar fim à polêmica relacionada à prisão a partir da decisão em segunda instância. O propósito é afastar as controvérsias quanto à legalidade de execução da pena após ser confirmada em segundo grau de jurisdição, por um colegiado. A revisão conceitual foi proposta pelo senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

O PLS 147/2018 altera a

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro para estabelecer que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em segundo grau, em única instância ou após julgamento de recurso. Para Cássio, a interposição de recursos a instâncias extraordinárias (STJ e STF) não pode impedir o início do cumprimento da pena, pois comprometeria o “efeito pedagógico da reprimenda”.

— Após a condenação em segundo grau, recursos poderão ser apresentados, mas com o réu preso, e não em liberdade — explica o autor.

O relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), acrescentou emenda para deixar explícito que, no processo penal, o trânsito em julgado ocorrerá com o esgotamento das instâncias ordinárias — juiz singular (1º grau) e colegiado de desembargadores (2º grau) —, assegurada a interposição de recursos a instâncias extraordinárias.

Bloqueio de celular em presídio está na pauta de colegiado

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deve analisar, em reunião marcada para hoje, uma proposta que destina verbas do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para a instalação e manutenção de equipamentos de bloqueio de sinais de celulares nos presídios.

O projeto (PLS 285/2017), apresentado pelo senador Lasier Martins (PSD-RS), sugere a cobertura desses serviços com recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Na análise da proposta pelas comissões do Senado, porém, foi aprovada a substituição pelo Funpen. Isso porque, diferentemente do Fistel, o Funpen possui respaldo legal para assegurar o direcionamento de verbas

orçamentárias ao objetivo pretendido. A mudança foi mantida pelo relator na CCT, senador Otto Alencar (PSD-BA).

Caso o projeto seja aprovado, será analisado em turno suplementar no colegiado.

TVs comunitárias

Pode ser votado também o PLS 27/2016, do senador Hélio José (Pros-DF), que altera a Lei 12.485/2011 para admitir a veiculação remunerada de propaganda e publicidade comercial em emissoras de televisão comunitária.

Para o autor da proposta, é preciso garantir formas de obtenção de recursos para a continuidade e melhoria das emissoras. O relator, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), apresentou parecer pela aprovação do projeto.



Celulares e drogas apreendidos em presídio no Ceará em 2015

País busca soluções para aumento de judicialização na saúde

A cada ano, cresce o número de pessoas que procuram a Justiça para garantir tratamentos de saúde, em geral caros, que não são cobertos pelo SUS. Senadores e especialistas concordam que é preciso revisar critérios para inclusão de um tratamento no sistema

Nelson Oliveira

“MEU NOME É Ana Laura, sou irmã do Rogério Rossi, um homem de 50 anos diagnosticado com ELA (esclerose lateral amiotrófica). Ele está internado. Preciso de ajuda para ter esse medicamento o quanto antes! Por isso, gostaria do apoio de cada um de vocês para pressionar o poder público e, assim, conseguir o remédio.”

Todas as semanas, mensagens como essa são disparadas por redes de abaixo-assinados como o Change. Elas fazem parte de um dos mais intrincados nós da administração pública brasileira: a via judicial como caminho para a obtenção de tratamentos médicos. Batem à porta dos tribunais tanto quem precisa de um tratamento de alto custo, como o da esclerose lateral amiotrófica, uma doença considerada rara — atinge um em cada cem mil pessoas no Brasil — quanto quem precisa de uma simples consulta na rede pública.

Nesse intervalo, há um variado espectro de males a exigir medicamentos, intervenções e até fornecimento de fraudas.

Em 7 de março, o então ministro da Saúde Ricardo Barros fez desse tema um dos pontos principais de um balanço de atividades para a Comissão de Assuntos

Sociais (CAS) do Senado. Barros explicou aos parlamentares as medidas para fazer face ao que chamou de “um problema sério na saúde”. Entre elas, a inclusão, nas licitações de remédios de fornecedores não autorizados pela Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) para baratear os preços. Essa medida é objeto de controvérsia judicial tanto na esfera do Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto do Supremo Tribunal Federal (STF).

Aproveitando um questionamento do senador Valdemir Moka (PMDB-MS), o ministro foi taxativo: “não existe orçamento para a judicialização. São R\$ 7 bilhões por ano em sentenças judiciais. O dinheiro da judicialização é deslocado de outras ações para atender a população”.

Esse número, conforme explicação oficial do ministério, é a soma dos gastos anuais da União, dos estados e dos municípios para atender às sentenças.

Direito

No apelo de Ana Laura, percebe-se a dimensão humana, financeira e ética do drama que é o atendimento aos doentes pelo Sistema Único de Saúde (SUS), já que a Constituição prevê em seu artigo 196: a saúde é “direito

de todos e dever do Estado”. O preceito é regulamentado nos mesmos termos pela Lei 8.080, de 1990.

O direito à saúde é o que igualmente levou Ivanilde Ramos Negreiros à Defensoria Pública do Distrito Federal no dia 3 deste mês. Ela buscava ajuda para uma tia de 62 anos, que enfrenta sérios problemas ortopédicos e está há três anos presa a uma cama em sua casa na periferia de Brasília.

— O médico diz que se a cirurgia não for feita, a saúde dela vai declinar cada vez mais — diz Ivanilde, que tem inutilmente solicitado ao Governo do Distrito Federal a realização do procedimento.

Para o coordenador do Núcleo de Saúde da Defensoria Pública, Celestino Chupel, o problema é que o Estado não está provendo o que deveria em matéria de atendimento clínico e hospitalar e de fornecimento de remédios, levando ao agravamento da saúde da população e a demandas pela via judicial, o que encarece os procedimentos, já que as compras em grupo para remédios padronizados são mais baratas do que adquiri-las a cada processo.

— O que se tenta muitas vezes é culpar o doente pela judicialização, quando ela é resultado da omissão ou desorganização do Estado — afirma Chupel. Ivanilde reclama para a tia uma cirurgia associada a prótese bilateral no quadril. Sai por aproximadamente R\$ 90 mil.

— Usa-se o exemplo de tratamentos de custo muito alto para criticar a judicialização, quando ela é um problema bem mais amplo — observa o defensor.

Custos

No núcleo que Chupel coordena, são atendidas cerca de 30 mil pessoas por ano, a maior parte com problemas tratáveis por terapias de custo modesto.

Segundo o defensor, no caso das doenças raras, vale a mesma lógica das doenças comuns: quando o Estado incorpora os tratamentos à rotina do SUS, o custo é reduzido “assustadora-



O tema da judicialização é abordado pelo então ministro da Saúde, Ricardo Barros, em audiênciaência no Senado. Ana Amélia (2ª à esq.) é relatora do projeto sobre o assunto

mente”, não só do ponto de vista dos remédios e procedimentos, que são adquiridos por processos controlados, inclusive com licitação, mas do ponto de vista do custo da ação judicial em si.

O defensor Ramiro Santana, que trabalha com o acompanhamento de ações judiciais e é representante da defensoria no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), disse que o órgão é demorado para que os cidadãos muitas vezes obtenham uma simples consulta e exames como mamografia, ecocardiograma e ressonância magnética — essa última ao custo médio de R\$ 800.

Por isso, ele não vê “fundamentos claros” na afirmação de que a via judicial é um privilégio obtido às custas dos recursos que serviriam a um grande contingente: — Existe um mito de que a judicialização é para a elite. O outro é que a judicialização desestrutura os orçamentos. Outros fatores vêm antes, como, por exemplo, a PEC do Limite de Gastos e as isenções para os planos de saúde das pessoas físicas — afirmou.

Conforme Santana, parte do problema decorre do atraso do país na estruturação do acesso à assistência farmacêutica, principalmente para as pessoas

com doenças raras:

— De qualquer maneira, o sistema já está bem organizado: A Agência Nacional de Vigilância Sanitária cuida do registro dos medicamentos e faz a barreira sanitária. A Conitec [Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS] e as comissões estaduais analisam a adoção de novos procedimentos. Precisamos agora ter mais celeridade nessas análises e instrumentos para evitar, seja o favorecimento de uma empresa farmacêutica, seja o esquecimento de qualquer faixa da população.

Efetividade

A celeridade dos processos de incorporação de tratamentos, e a consequente redução dos processos judiciais, poderia ser impulsionada, de acordo com o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), por indicador conhecido como avaliação de custo-efetividade. É possível chegar a ela calculando-se quanto custará cada ano de sobrevida — com relativa qualidade — após um determinado tratamento.

Consequentemente, poderia ser estabelecida, em valores monetários, uma linha de corte, abaixo da qual o tratamento



Moka questiona, na audiênciaência, os gastos com a judicialização da saúde

seria considerado adequado em termos de custo, em face de sua efetividade.

— Não é possível continuar com essa regra de judicialização sem que possamos aprimorar os tratamentos e as terapias que possam estar disponíveis para a população. É claro que fica sempre a discussão de caráter orçamentário, mas é uma discussão que pouco me sensibiliza, num país onde tantas pessoas morrem por falta de uma oportunidade — ponderou o senador em audiênciaência pública na Comissão de Assuntos Sociais em agosto.

Cássio acredita que um critério objetivo, regulamentado de maneira clara e amplamente divulgado cooperaria para a adoção de novos tratamentos, evitando o limbo no qual atuam



Cássio Cunha Lima é autor de projeto que trata do custo-efetividade na saúde

os demandantes na Justiça. A rigor, a Lei 8.080 já determina a avaliação de custo-efetividade dos medicamentos e terapias fornecidas pelo SUS, além de análise da eficácia e segurança para as diferentes fases evolutivas da doença.

Parâmetros claros

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 415/2015, de Cássio Cunha Lima, prevê uma definição clara dos parâmetros a partir dos quais seja determinado se um remédio ou tratamento é “custo-efetivo”. O projeto também propõe que os processos para a incorporação de novas tecnologias sejam distribuídos

— Tomar decisões com base exclusivamente na avaliação de custo-efetividade significa abrir mão de quaisquer outras infor-

mações importantes e necessárias para o julgamento e melhor decisão de saúde — argumentou na audiênciaência o representante da Conitec, Gustavo Oliveira.

Na opinião de Santana, se a questão for estabelecer um valor por ano de vida útil para as pessoas, o debate entra na seara ética e se complica:

— É difícil traçar uma linha certa para avaliar o quanto vale a vida de uma pessoa. A avaliação tem que ser caso a caso, com a análise do quadro clínico de cada paciente.

O defensor entende que a Conitec prevê instrumentos de controle social.

— Não há problema de transparência, mas evidentemente ela pode ser aprimorada — afirma.

É o que pretende a relatora do PLS 415/2015, senadora Ana Amélia (PP-RS). No momento, ela articula mudanças no texto, sem alterar sua essência, mas deixando margem à Conitec para combinar os ingredientes a serem levados em consideração, de modo a equilibrar os interesses dos doentes e da sociedade.

— Precisamos ter o cuidado para que o cidadão seja bem atendido e que a distribuição dos recursos públicos seja justa — disse a senadora.

Em seu parecer, Ana Amélia explica que a definição explícita de um limiar de custo-efetividade “é um tema politicamente sensível, notadamente em razão dos fortes interesses econômicos, muitas vezes conflitantes, dos diversos segmentos envolvidos na questão: grupos de pacientes, provedores de assistência à saúde, fornecedores de tecnologias em saúde e formuladores e implementadores de políticas de saúde, entre outros”. Por essa razão, “tornar o processo de incorporação tecnológica em saúde mais explícito e transparente é apropriado, pois todos os segmentos envolvidos têm interesse em monitorá-lo”.

Por outro lado, a relatora acha que isso não pode ser feito “de modo a engessá-lo por meio de mecanismos legais que reduzam o processo de tomada de decisão a um ato meramente mecânico”.

Remédios mais fornecidos para doenças raras

Doenças raras são aquelas que afetam até 65 pessoas a cada 100 mil. Oficialmente, o SUS garante atendimento integral e gratuito aos cidadãos com base na Política de Doenças Raras.

MEDICAMENTO	DOENÇA	SINTOMAS
Biotina (vitamina H) em doses diárias	Deficiência de biotinidase	Crises epilépticas, hipotonia, microcefalia, atraso do desenvolvimento neuropsicomotor, alopecia e dermatite eczematóide, sequelas auditiva e visual
Alfatiligerase	Gaucher	Aumento do fígado e do baço, anemia, trombocitopenia e deterioração esquelética (osteopenia e crises ósseas).
Cipionato de hidrocortisona 10 mg ou 20 mg	Hiperplasia adrenal congênita	Baixo nível de açúcar no sangue, desidratação, pilosidade excessiva, pressão baixa ou distúrbios do equilíbrio hidroeletrólítico (água e eletrólitos), aumento de peso e estatura abaixo do normal ou falha de crescimento. Em meninas, é comum o aumento do clitóris e menstruação irregular.

Para não dar aos gestores um amplo poder discricionário, ela manteve a obrigação de a Conitec regulamentar e divulgar as metodologias empregadas na avaliação do custo-efetividade, entre outras avaliações de natureza econômica, mas garantiu que os gestores as utilizem “em combinação com outros critérios”, conforme o texto da emenda.

Quanto à aleatoriedade, fez uma ressalva para que sejam “respeitadas a especialização e a competência técnica requeridas para a análise” dos novos tratamentos.

Progressos

No front judicial, a tarefa também será árdua, mas o defensor Ramiro Santana vê progressos. Um deles é o e-NATJus, banco nacional de pareceres, lançado no final do ano passado por iniciativa do CNJ em parceria com o Ministério da Saúde. Esses pareceres, que não têm valor como laudo ou perícia, contêm avaliações e pesquisas sobre evidências científicas da eficácia de tratamentos ou remédios requeridos na Justiça, de modo que cada juiz tenha mais elementos para fazer.

— Estados que fazem medição mais próxima, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do sul, têm relatado um recuo dos processos com o aprimoramento da atuação judicial, mais informações aos magistrados e mais publicidade dos atos de incorporação no âmbito da Anvisa, da Conitec e dos órgãos estaduais, além da divulgação de listas e medicamentos — informou o defensor.

De qualquer forma, ele chama a atenção para a precariedade das estatísticas e vê com reservas o valor de R\$ 7 bilhões — 5,5% do valor orçamentário executado em 2017 pela saúde — apontado como o total gastos em processos judiciais:

— Já ouvi falar em R\$ 7 bilhões e R\$ 10 bilhões, mas o próprio Tribunal de Contas da União deixou claro, em um relatório do ano passado, que não há instrumentos precisos para medir esses gastos. Ainda assim, não

Como importar medicamentos sem registro na Anvisa?

- DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:**
- Formulário de solicitação de importação excepcional de medicamentos sujeitos a controle especial: preenchido e assinado pelo paciente ou responsável legal.
 - Prescrição médica contendo obrigatoriamente o nome do paciente, o nome comercial do medicamento, posologia, quantitativo necessário, tempo de tratamento, data, assinatura e carimbo do médico (com CRM).
 - Laudo médico contendo CID e nome da doença, descrição do caso, tratamentos anteriores e justificativa para a utilização de medicamento não registrado no Brasil, em comparação com as alternativas terapêuticas já existentes registradas pela Anvisa.
 - Termo de responsabilidade assinado pelo médico e paciente/responsável legal.

COMO PEDIR:

O pedido deve ser feito por meio do envio de documentações para o e-mail: med.controlados@anvisa.gov.br ou para o endereço abaixo:

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Gerência de Produtos Controlados (GPCON)
Setor de Indústria e Abastecimento (SIA)
Trecho 5, Área Especial 57, Bloco A, Térreo
Brasília, Distrito Federal, CEP: 71.205-050



Fonte: Anvisa

se pode pensar só em impactos negativos da judicialização. Impacto positivo é quando a Justiça manda fazer algo que deveria ter sido feito e não foi feito.

Um impacto negativo é o das fraudes, que também ocorrem, de acordo com Santana.

Quando esteve na CAS, Ricardo Barros abordou a estratégia do governo para coibir o conluio entre doentes ou supostos doentes, escritórios de advocacia e fornecedores de medicamentos. Eventualmente, há a participação de médicos.

O Ministério da Saúde montou um núcleo de judicialização para cotejar liminares judiciais relacionadas a tratamentos de alto custo com a situação real dos reclamantes e a contumácia e a abrangência com que operam advogados.

Um sistema chamado S-Codes, cedido pelo Estado de São Paulo e operado por meio de acordo com estados e municípios, monitora quem demanda contra estados, municípios e União e, ao mesmo tempo, contra os planos de saúde. Frequentemente se descobre que remédios obtidos por meio de liminar são vendidos no mercado paralelo.

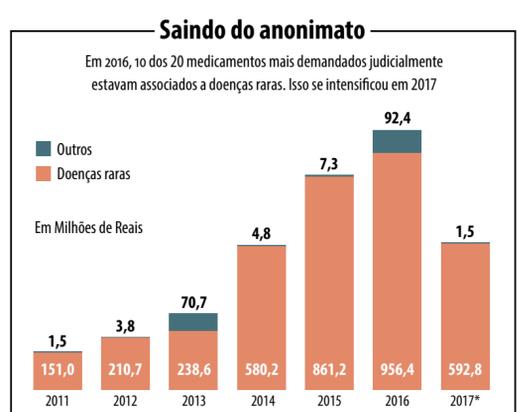
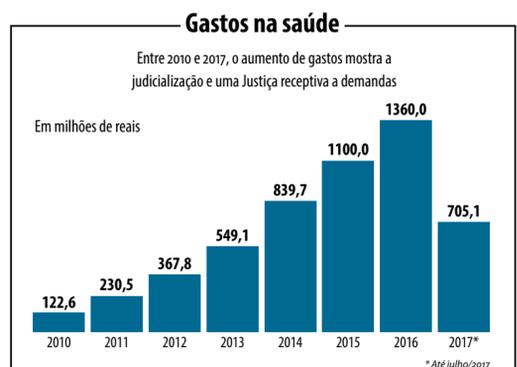
Saiba mais

PLC 415/2015
<http://bit.ly/PLS415de2015>

Informações sobre produtos para a saúde
<http://bit.ly/produtosSaude>

Listas de medicamentos
<http://bit.ly/listamedicamentos>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania



Como conseguir um medicamento no SUS?

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

- Cartão Nacional de Saúde
- Identidade
- Laudo médico
- Receita médica
- Comprovante de residência

ONDE FAZER O PEDIDO?

Informe-se na unidade de saúde onde estão as **unidades de atendimento pelos remédios de alto custo**. Não se esqueça de pedir uma **cópia do protocolo**.

QUE ACONTECE DEPOIS?

O funcionário que pegou os documentos vai iniciar um procedimento administrativo para a obtenção do medicamento. Por meio de um telegrama, você saberá quando e onde — geralmente uma unidade de saúde mais próxima de sua casa — o remédio vai estar disponível.

EM CASO DE RECUSA...

- O primeiro passo é entrar com um **requerimento administrativo** na **Secretaria de Saúde** de seu estado. O procedimento é simples: escreva uma **carta informando ter determinada doença** para a qual o médico recebeu o medicamento. **O pedido médico deve estar anexado ao documento.**
- O segundo passo é procurar um **Juizado Especial da Fazenda Pública**. De forma gratuita e sem a necessidade de contratar advogado, ingresse com a ação desde que o custo do medicamento seja de no máximo 60 salários mínimos, num período de 12 meses.
- O terceiro passo é procurar a **Defensoria Pública**, local onde há serviços gratuitos de orientação jurídica e de defesa para quem não pode pagar um advogado. Ao entrar em contato, mostre os mesmos documentos que foram entregues na unidade de saúde junto à cópia do protocolo. Ela é a prova de que houve a solicitação para contestar a negativa.

Fonte: Ministério da Saúde e elaboração própria

Fonte: Ministério da Saúde

Sessão destaca papel da Defensoria Pública no acesso universal à Justiça

Plenário homenageou os defensores, que pediram apoio para o cumprimento da emenda que determina presença em todas as comarcas

UMA SESSÃO ESPECIAL no Senado lembrou ontem a passagem do Dia Nacional da Defensoria Pública, a ser comemorado no sábado. Por iniciativa de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o Plenário destacou o papel desempenhado pelos defensores públicos para uma enorme parcela da população no acesso à Justiça.

Enquanto senadores sublinharam o trabalho da Defensoria, fundamental para o exercício da cidadania e o direito à Justiça — garantido pela Constituição —, os defensores públicos pediram apoio do Congresso para que se faça cumprir a Emenda Constitucional 80, de 2014.

A emenda estabeleceu que a Defensoria Pública, como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, deve estar presente em todas as comarcas. O objetivo do texto constitucional, que determinou um prazo de 8 anos (ou seja, até 2022) para a implementação da medida, é o de garantir amplo acesso à Justiça.

Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef), Igor Roberto Albuquerque Roque disse que apenas 27% dos municípios contam com a prestação de serviços provida pela categoria. Índice idêntico ao de 2014, quando a EC 80 foi promulgada. Roque culpou o governo federal pela situação.

— É de se lamentar essa falta de estrutura, essa falta de compromisso dos nossos governantes com uma instituição tão essencial, tão necessária, tão trivial para a nossa população como a Defensoria Pública. Quando falo em governantes, permitam-me a honestidade, eu me refiro praticamente ao Poder Executivo — declarou Roque.

O defensor considerou que, para 73% da população brasileira, não há a figura do Estado defensor, mas somente



Ex-senador Mauro Benevides (D) discursando em sessão especial de homenagem à Defensoria Pública da União

do Estado acusador e do Estado julgador.

Outro representante da categoria, o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Antonio José Maffezoli Leite, pediu que senadores e deputados interfirmem para garantir recursos à Defensoria no Orçamento da União.

Defensor público-geral federal, Carlos Eduardo Barbosa Paz apresentou dados oficiais para demonstrar que a instituição teve um índice de eficiência cinco vezes superior ao da advocacia privada quanto à obtenção de habeas corpus junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) entre 2009 e 2017.

Confiabilidade

Paz acrescentou que pesquisa feita pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) apontou a Defensoria Pública como a instituição mais importante para a população, sendo percebida ainda como a mais confiável no sistema de Justiça.

Ele ainda criticou o teto de gastos na área social, estabelecido por outra emenda constitucional, a EC 95, de

dezembro de 2016. Segundo ele, o teto impede que a EC 80 seja implementada, e o Congresso precisa com urgência construir uma solução para esse impasse.

— Na prática, o teto pune duplamente os mais pobres. Ao mesmo tempo em que diminui os investimentos, impede que estruturas públicas de defensoria possam auxiliá-los quando necessitam — afirmou.

Abolicionistas

A sessão foi presidida por Paulo Paim (PT-RS). O senador entende que os defensores públicos são os abolicionistas do século 21, pois atuam num país “onde parece que se naturalizou a visão de que o exercício dos direitos está diretamente relacionada à renda pessoal do indivíduo”.

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) afirmou que o poder público tem a obrigação de garantir o acesso a pelo menos três serviços básicos aos cidadãos: educação, saúde e proteção legal.

— Não pode haver desigualdade nisso. Uma pessoa não pode viver mais do que

outra porque tem dinheiro para comprar o serviço de saúde. Uma pessoa não pode se desenvolver mais sua competência intelectual porque tem dinheiro para comprar educação. E uma pessoa não pode ficar presa porque não tem dinheiro, [enquanto] outras são soltas porque têm dinheiro para pagar um bom advogado. Três igualdades que a gente deve construir — afirmou o senador.

O senador Telmário Mota (PTB-RR) comparou a Defensoria Pública da União ao Sistema Único de Saúde, destacando seu papel na efetivação dos direitos constitucionais para os mais pobres.

— Assim como o SUS, a Defensoria está longe de ser uma prioridade de fato para os governantes — lamentou.

Orçamento

Hélio José (Pros-DF) lembrou que a estrutura dos órgãos de defensoria compreende cerca de 50% da que existe à disposição do Ministério Público. O senador defendeu uma equiparação e se colocou à disposição para atuar com esse objetivo na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Ministro explicará programas para a educação em audiência hoje

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) recebe hoje, a partir das 10h, o ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva, para debater as políticas públicas conduzidas pela pasta.

A iniciativa da audiência pública é da presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSB-GO), e da senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

O ministro deve expor aos senadores as diretrizes e os programas prioritários do ministério e apontar as medidas que pretende aplicar ou introduzir sob sua gestão.

Propostas

Rossieli assumiu a pasta em abril deste ano, com a saída do então ministro Mendonça Filho, que deixou o cargo para disputar as eleições de outubro deste ano. O novo ministro ocupava o cargo de secretário de Educação Básica do MEC.

Mendonça Filho esteve na comissão em maio do ano passado, quando apresentou as propostas, e falou sobre a implementação do novo ensino médio, a reforma do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e a limitação do Programa Ciências sem Fronteiras.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Comissão realiza audiência interativa com Soares da Silva

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Reforma trabalhista gera desemprego, aponta debate

Participantes de audiência promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos também disseram que as leis que alteraram as relações de trabalho dificultam o acesso do trabalhador à Justiça

A REFORMA TRABALHISTA impede o acesso do trabalhador à Justiça, além de gerar desemprego e trabalho análogo à escravidão. A avaliação foi consensual entre os participantes da audiência promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Paulo Paim (PT-RS), que solicitou o debate, disse que a reforma representa o contrário do que foi divulgado para conseguir a sua aprovação no Congresso.

— Essa reforma é um vexame, pois funciona na contramão do que eles anunciaram. Aumenta o desemprego e a informalidade, além de reduzir a massa salarial.

O procurador Regional do Trabalho Paulo Vieira informou que a reforma gerou redução de cerca de 50% dos processos de trabalho e restringiu o acesso do trabalhador à Justiça.

— Reduzir o número de processos é o objetivo de

qualquer país civilizado. Esse objetivo só é positivo quando ele é alcançado pela evolução social a partir do cumprimento espontâneo da lei. Porém, quando isso vem por meio da vedação de acesso à Justiça e do impedimento da busca à reparação dos danos sofridos, principalmente dos mais pobres, é um retrocesso social, é um ato de opressão e de impedimento da plena cidadania para o trabalhador — ressaltou o procurador.

Rotatividade

Para Vieira, que está à frente da Coordenadoria de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho, existe alta rotatividade no mercado de trabalho. O Brasil, segundo ele, tem por ano um número que oscila entre 20 e 25 milhões de desligamentos de trabalhadores. E de cada 100 desligamentos, 85 casos não geram processo trabalhista, pois as partes se entendem.

Segundo a pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas (Cesit/Unicamp), Marilane Teixeira, a reforma está dando legitimidade e espaço para ampliar as formas de contratação e as jornadas de trabalho de maneira a prejudicar o trabalhador.

— Conforme balanço do Ministério do Trabalho, nos últimos seis meses, foram registrados 223 instrumentos, entre acordos, convenções coletivas e termos aditivos, tratando da reforma trabalhista.

De acordo com o IBGE, em dezembro a população ocupada era de 92,1 milhões de pessoas, e os trabalhadores informais representavam 37,1% do total, ou 34,2 milhões, superando o contingente formal, que somava 33,3 milhões. Foi a primeira vez, segundo o instituto, que o número de trabalhadores sem carteira superou o conjunto de empregados formais.



Cesar Brustlin/SIMCS

Premiação deve beneficiar professor com nota acima da média no Inep

Professor com bom desempenho pode receber bonificação salarial

Professores de escolas públicas com desempenho acima da média nacional nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) podem passar a receber bônus salarial. O benefício está previsto em projeto que pode ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 294/2014, do ex-senador Wilson Matos, é relatado por Cristovam Buarque (PPS-DF).

O texto também garante prioridade no acesso ao aperfeiçoamento continuado aos docentes de escolas com baixo desempenho no Inep. Para Cristovam, as duas medidas promovem a valorização do professor e, consequentemente, da educação.

“Adota-se, assim, um critério pedagógico na ordem da oferta de oportunidades de requalificação profissional. Por outro lado, acreditamos que o pagamento de bonificação salarial aos docentes cujas escolas obtiverem resultados acima da média nacional nas mesmas avaliações é

elemento indispensável para promoção da valorização dos profissionais da educação”, justificou.

Estudo da Consultoria Legislativa do Senado aponta um impacto orçamentário de R\$ 1 bilhão por ano, prevendo-se um bônus salarial de R\$ 1 mil a cada professor que fizer jus ao benefício. O texto prevê que os efeitos financeiros só se darão no segundo ano subsequente à publicação.

Para que a política não fira o teto dos gastos públicos nem a Lei de Responsabilidade Fiscal, o senador sugere redução nos gastos tributários da União de 0,4% do valor previsto para 2018 e para os anos seguintes. O texto revoga a lei que prevê alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a receita bruta da venda de gás para produção de energia elétrica nas usinas integrantes do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT). A mudança, segundo ele, será suficiente para pagar o bônus.



Para Paim (2º à esq.), a reforma trabalhista aumenta o desemprego e a informalidade, além de reduzir salários

Comissão debaterá semana de conscientização sobre alergias

A possibilidade de criação da Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar será discutida hoje em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O debate foi sugerido pela senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Segundo ela, a medida não representa custos para o Estado e proporcionará um ambiente adequado à promoção de seminários, ciclos de debates, rodas de conversa, palestras e outros eventos relacionados ao tema, algo que resultará em maior visibilidade para a questão.

“Quanto mais informação a população brasileira tiver sobre a alergia alimentar, maior e melhor será o acolhimento de quem já convive com o problema”, explica a senadora no requerimento para a realização da audiência.

As alergias alimentares são doenças caracterizadas por manifestação do sistema imunológico após a ingestão ou contato com certos alimentos. O Consenso Brasileiro sobre Alergia Alimentar de 2018 indicou que os dados sobre prevalência de alergia alimentar no Brasil são escassos e limitados a grupos populacionais. Mas esse tipo de alergia já pode ser considerado um problema de saúde pública, pois a sua prevalência tem aumentado em todo o mundo.

Foram convidados representantes da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (Asbai) e do Movimento Põe no Rótulo, e as especialistas em nutrição humana Renata Pinotti e em psicologia clínica Érika Campos Gomes.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Colegiado deve votar compensação à Lei Kandir

O relatório da comissão mista especial da Lei Kandir deve ser votado hoje. Na quarta-feira, a reunião em que seria analisado o relatório foi suspensa pelo colegiado, que ainda mantém entendimentos com as autoridades fazendárias para concluir a votação da proposta. Os trabalhos da comissão especial encerram-se na quinta-feira.

No relatório, o senador Wellington Fagundes (PR-MT) apresenta um anteprojeto para compensar os estados exportadores pelas perdas relacionadas à Lei Kandir.

A comissão mista especial foi criada em agosto, a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal, que determinou ao Congresso a aprovação de uma lei complementar para compensar os estados exportadores pelas perdas com a desoneração

do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A minuta de Wellington define que a compensação devida pela Lei Kandir aos governos estaduais e municipais a cada exercício será de R\$ 39 bilhões, corrigidos pelo IPCA. Deverá ser observado um período de transição de dois anos, com o repasse de R\$ 19,5 bilhões em 2019 e R\$ 29,25 bilhões em 2020, igualmente corrigidos pelo IPCA.

As perdas de arrecadação acumuladas desde 1996 deverão ser repostas em até 30 anos. Do total de R\$ 39 bilhões, 40% serão rateados segundo coeficientes fixos, a serem obtidos pela média aritmética entre o rateio fixado pela Lei Complementar 115, de 2002, que alterou a Lei Kandir, e o rateio médio do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (Fex) nos cinco últimos

exercícios.

Os 60% restantes serão igualmente rateados segundo dois critérios variáveis: as exportações de produtos primários e semielaborados e os saldos positivos da balança comercial. Ambos serão apurados anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o apoio do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, tendo como base a performance exportadora de cada estado para períodos de cinco anos.

A Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 1996) prevê a isenção do pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. Por esse motivo, a lei sempre provocou polêmica entre os governadores de estados exportadores, que alegam perda de arrecadação devido à isenção do imposto nesses produtos.

Modelo econômico está em risco, alerta debate

Especialistas destacaram, em audiência, a necessidade de atenção a políticas ambientais e a questões como mudanças climáticas, privatização de serviços e avanço do agronegócio

ESPECIALISTAS OUVIDOS ONTEM pela Comissão Senado do Futuro (CSF) advertiram que, levando em conta as mudanças climáticas e a relação das políticas ambientais com a agricultura ao longo dos próximos anos, o modelo econômico brasileiro corre um sério risco. A eventual privatização de serviços de abastecimento de água e de saneamento, cortes seguidos de recursos para órgãos de proteção do meio ambiente e avanço do agronegócio sobre áreas de floresta foram alguns dos problemas apontados no encontro. A audiência fez parte do ciclo de debates “2022, o Brasil que queremos”.

A professora Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília (UnB), disse que a fumaça gerada por queimadas na Amazônia e no Cerrado vai até os Andes, é barrada e retorna ao Centro-Oeste, Sul e Sudeste, causando secas que afetam o fornecimento de água. Para ela, os ciclos econômicos do país foram, na verdade, ciclos de desastres ambientais irreversíveis.



Presidida por Hélio José (3º à esq.), Comissão Senado do Futuro debate saneamento básico e políticas ambientais

— Primeiro foi o ciclo de desmatamento da Mata Atlântica, depois o da cana-de-açúcar, depois o do café, agora o das monoculturas.

Assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Alessandra Cardoso criticou tanto a limitação orçamentária determinada pela emenda constitucional que instituiu o teto de gastos públicos (EC 95, de 2016) quanto as diversas alterações na legis-

lação ambiental. Ela destacou que órgãos como o Ibama, o Instituto Chico Mendes (ICM-Bio) e o Ministério do Meio Ambiente têm sofrido cortes de orçamento que prejudicam a fiscalização e a execução de políticas públicas.

— Foi cortada até a Bolsa Verde, de R\$ 300 trimestrais, concedida a 48 mil pessoas em extrema pobreza para elas preservarem o meio ambiente.

O presidente da CSF, Hélio

José (Pros-DF), que requereu a audiência, defendeu a modernização do modelo de desenvolvimento econômico sustentável do país.

— Ainda se acredita que o resultado da produção agropecuária justifica em si os meios destrutivos utilizados. Poucas pessoas conseguem fazer as ligações necessárias entre o desmatamento da Região Amazônica e as secas — avaliou.

O escritor Eugênio Giovenar-

di fez a defesa do “crescimento zero”. Segundo essa tese, o nível de desenvolvimento econômico e populacional do mundo está destruindo o planeta. Ele propôs a redução ou estabilização no volume de produção da sociedade industrial.

O professor Ricardo Moretti, da Universidade Federal do ABC (SP), questionou as propostas de mudança na legislação de saneamento, que preveem inclusive a privatização dos serviços. Ele disse que as empresas privadas evitariam realizar a universalização do saneamento básico, uma obrigação constitucional, já que isso reduziria os lucros. Para Moretti, as agências reguladoras são fracas na defesa dos consumidores. E no caso da privatização do abastecimento de água e do saneamento, lembrou, não há possibilidade de o cliente mudar de fornecedor. É o “monopólio natural”.

— Não podemos deixar de consumir água mesmo se ela se tornar dez vezes mais cara. Então, a água deve sempre ser um bem público.

Comissão avalia projetos sobre uso da água e reciclagem de resíduo

O uso racional da água é tema de quatro projetos na pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente (CMA). Dois outros projetos tratam da reciclagem de resíduos sólidos. Todos têm decisão final na comissão: se forem aprovados, poderão seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que seja apresentado recurso para votação pelo Plenário do Senado.

O PLS 162/2015, de Benedito de Lira (PP-AL), incentiva o uso integrado da aquicultura (criação de peixes, por exemplo) com a agricultura. O relatório de Valdir Raupp (PMDB-RO) é pela aprovação. Já o PLS 259/2015, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), incentiva

a dessalinização das águas do mar e das águas salobras subterrâneas. O relatório, favorável, é de João Capiberibe (PSB-AP).

O PLS 344/2014, do ex-senador Kaká Andrade, define normas para garantir a continuidade do regime das cheias para rios que ficam abaixo das represas. O texto tem o parecer favorável de Valdir Raupp. E o PLS 587/2015, de José Agripino (DEM-RN), prevê a promoção de campanhas periódicas de estímulo ao uso racional da água. O parecer favorável é de Humberto Costa (PT-PE).

Logística reversa

De José Medeiros (Pode-MT), o PLS 75/2017 inclui os



Dois dos projetos em pauta têm relatórios favoráveis de Valdir Raupp

óleos e gorduras de uso culinário no sistema de logística reversa. Esses resíduos devem ser destinados à fabricação de sabão, tintas, fertilizantes e outros subprodutos, evitando-se

lançamento nos esgotos, o que provoca a poluição dos cursos d'água e do solo. No Brasil, 200 milhões de litros de óleo são descartados por mês. Um litro de óleo pode contaminar

até 20 mil litros d'água. O projeto tem parecer favorável de Cristovam Buarque (PPS-DF).

Já o PLS 90/2018 tem como ponto central a destinação de materiais recicláveis descartados às cooperativas de catadores ou às organizações da sociedade civil. De Rose de Freitas (Pode-ES), o texto tem parecer favorável de Benedito de Lira.

Hoje o Brasil produz cerca de 80 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano. O uso desses resíduos para a reciclagem e o sustento de famílias de catadores pode ter grande impacto social, sustenta o projeto.

A CMA é presidida por Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Colegiado pode votar geração de energia em casas

A Comissão de Infraestrutura (CI) deve votar hoje projetos que preveem a instalação de equipamentos de geração de energia em casas construídas pelo governo.

O PLS 224/2015, do senador Wilder Morais (DEM-GO), obriga a instalação de placas de energia solar nas unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida. O relator da proposta, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), sugeriu mudanças no texto: a instalação não seria mais obrigatória, e as casas também poderiam receber equipamentos para

geração de energia eólica e outras fontes renováveis.

O PLS 253/2016, do senador Telmário Mota (PTB-RR), obriga a instalação dos equipamentos de energia elétrica renovável não apenas nas casas, mas também em órgãos públicos construídos com dinheiro do Orçamento. O relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), defende a aprovação do texto.

Outro projeto na pauta determina o compartilhamento com os municípios de postes usados pelas prestadoras de serviços públicos.

O PLS 795/2015, da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), também institui diretrizes para o uso racional de energia elétrica no serviço de iluminação pública. A relatora é a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Outra proposta que consta na pauta de 12 itens é o PLS 712/2015, de autoria do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), estabelece meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040. O relator é o senador Lasier Martins (PDT-RS).

Integração de registros sobre setor agropecuário será debatida hoje

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debate hoje a importância das estatísticas rurais e da integração dos registros administrativos para o planejamento e a avaliação de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural.

De acordo com Ana Amélia (PP-RS), que pediu a audiência, várias instituições públicas são responsáveis por coletar dados do setor agropecuário, como IBGE, Banco Central, Serviço Florestal Brasileiro, Receita Federal e Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O problema, de acordo com a senadora, é que esses registros administrativos raramente são compatíveis, do ponto de vista dos dados coletados, ou compartilháveis. Para ela, é necessário pensar na integração desses sistemas para que as políticas de desenvolvimento rural possam ser planejadas e avaliadas forma adequada.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate